



23.475.070/0001-001

SELETTI SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

RUA EVARISTO DA VEIGA, 29
CENTRO - CEP 24020-280

NITERÓI - RJ

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA FAETEC – RIO DE JANEIRO

Proc.: PE 003/2021

SELETTI SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.474.070/0001-00, com sede situada à Rua Evaristo da Veiga nº. 29 – Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP 24.020-280, representada por seu Representante Legal, o Sr. FABIO HENRIQUE VIANNA PINTO, vem respeitosamente à presença desta Autoridade Executiva apresentar

CONTRARRAZÕES

em razão do Recurso Administrativo interposto por **ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO EIRELI**, uma vez que reputamos regular o posicionamento deste respeitável Pregoeiro, de modo que motivamos nossas conclusões segundo os fatos e fundamentos a seguir:

1. SOBRE O ACERTO DO D. PREGOEIRO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL

Segundo observamos nos autos do processo em questão, o respeitável Pregoeiro agiu de acordo o bom direito ao decidir pela desclassificação da Licitante que apresentou seus custos de forma irregular, isto porque os direitos trabalhistas em questão são tutelados pela Carta Maior, cabendo a todos os Entes Federativos protegê-los a fim de garantir a máxima efetividade da Constituição. Noutras palavras, o d. Pregoeiro não poderia agir de outro modo, pois sua decisão no caso em epígrafe mostra-se como ato vinculado a partir da seguinte leitura:

CRFB/1988

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

A PRÓPRIA RECORRENTE RECONHECE QUE APRESENTOU CONVENÇÃO COLETIVA VENCIDA (ANO 2020). VEJAMOS:

Analisando o *chat* da disputa, denota-se sem qualquer dificuldade que a desclassificação da Recorrente no lote n.º 01, não preencheu os requisitos mínimos aceitável para exarar tal ATO ADMINISTRATIVO FORMAL, sendo, portanto, fragrantemente **NULO**, e nos demais lotes a desclassificação da Recorrente se deu, basicamente, por não ter apresentado Convenção Coletiva de Trabalho ainda não registrada e vigente perante terceiros na data de realização de pregão em tela (!?!?!?).

No caso corrente, ao estabelecer que as propostas comerciais respeitem os direitos dos trabalhadores, tais como salário-base e vantagens nos valores atualizados, o ilmo. Pregoeiro em verdade está garantindo a eficácia das seguintes disposições legais:

CRFB/1988

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

Portanto, não vemos como “rigor excessivo” o ato do d. Pregoeiro de garantir que a Convenção Coletiva de Trabalho atualizada e correta seja o parâmetro para as ofertas dos licitantes e a composição dos seus custos unitários, mas sim como ato vinculado justo e alinhado ao preconizado pela Constituição Federal. Com intuito apenas de reforçar esta conclusão evidente, o próprio TCU destaca que equívocos que interferem em diferenças de cunho social neste tipo de cotação torna viciada a proposta. *Verbis*



É irregular a classificação de empresa cuja proposta contenha falha na cotação de itens relacionados a encargos sociais.

TCU. Acórdão 110/2007 – Plenário

Como consequência inevitável do equívoco da classificação da CCT competente, o recolhimento dos encargos sociais dos prestadores de serviço sofre patente violação. Além desta condição de recolhimento inferior de contribuições e tributos, o ato viciado também ultraja o entendimento consolidado abaixo transcrito:

(...) Para modelos de execução indireta de serviços, inclusive os baseados na alocação de postos de trabalho, se a categoria profissional requerida se encontra amparada por convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva aplicável a toda a categoria, determinando o respectivo valor salarial mínimo, ESSE PACTO LABORAL DEVE SER RIGOROSAMENTE OBSERVADO NAS LICITAÇÕES EFETIVADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NAS CONTRATAÇÕES DELAS DECORRENTES (...)
(TCU. Acórdão n.º 614/2008 – Plenário) (Grifamos)

Aliás, cabe neste ato elucidar que embora a Fase de Lances tenha ocorrido em 26/03/2021, a apresentação da documentação relativa às propostas e habilitação da Recorrente ocorrera em data posterior ao registro da CCT que o mesmo alega desconhecer ao tempo da apresentação de seus documentos, ou seja, não há lógica temporal que justifique a manobra de compor seus custos com valores de direitos trabalhistas inferiores à Norma Coletiva aplicável e vigente.

2. SOBRE O JUÍZO PROPORCIONAL DE ECONOMIA E VANTAJOSIDADE

Em sua respeitável Peça Recursal a Recorrente afirma que sua oferta de preços representa uma contratação mais vantajosa à Administração Pública, todavia, acabamos de comprovar documentadamente e com fundamento na Constituição Federal que a apresentação dos custos inferiores ao Instrumento Coletivo representa irrefutável inconstitucionalidade.

Neste passo, lembramos que o juízo de economicidade jurídico importa em um contexto de preço/qualidade/legalidade, o que se traduz na melhor oferta desde que a mesma

seja adequada ao fim a que se destina e às normas vigentes, dentre elas, e principalmente, a Constituição Federal. Dito isto, não nos parece razoável que uma proposta com conteúdo violador da Constituição seja analisada ou considerada, uma vez que sua composição mostra-se inquinada de vício insanável e da mais elevada gravidade ao violar direitos sociais de primeira grandeza.

3. SOBRE A PREVISIBILIDADE DA ATUALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

Por mais que a desclassificação e a inabilitação em certame licitatório seja frustrante, principalmente diante de um erro tão ingênuo como o de compor os custos unitários com instrumento coletivo equivocado, certo é que as licitantes são sociedades empresárias de notória *expertise* nos mercados que atuam, portanto, são conhecedoras de todo o escopo legal e contextual do negócio.

Com esta premissa fixada, entendemos como primordial estabelecer que a **NENHUMA LICITANTE É DADO O DIREITO DE PREVALECER DE SUA PRÓPRIA INÉPCIA**, isso porque ao ter conhecimento do mercado todas sabiam que o instrumento coletivo de regência da categoria em epígrafe estava para vencer e ser substituído, inclusive por outra que já se encontrava disponível na Página Oficial MEDIADOR, como bem assinalara a Recorrente IPCEP a fl. 03 do seu Recurso.

A questão da atualização anual das Convenções Coletivas de Trabalho não se constitui em álea econômica uma vez que não perfaz fato imprevisível ou de proporções insuportáveis, muito pelo contrário, visto tratar-se de questão recorrente e de verdadeira rotina da atividade econômica em questão, motivo pelo qual alegar desconhecimento de sua existência não corresponde a um juízo de legalidade razoável e apio a assegurar o provimento do recurso.

4. DO PEDIDO

Por todo o exposto, a Recorrida **SELETTI SERVIÇOS** respeitosamente requer:



- a) A manutenção da decisão de desclassificação e inabilitação da licitante **JGM** por ocasião da inconstitucionalidade apresentada em sua composição de custos.

NITERÓI, 09 DE JUNHO DE 2021.


SELETTI SERVICOS E COMERCIO EIRELI

FABIO HENRIQUE VIANNA PINTO.

(REPRESENTANTE LEGAL)

CPF. 035.953.727/86